

## PREFÁCIO

Reinaldo Pereira de Aguiar

O Projeto *Gestão Pública: A visão dos Técnicos-administrativos em Educação das Universidades Públicas e Institutos Federais*, ora denominado GPTAE constitui uma Coletânea que torna-se História para a Categoria desses profissionais que desempenham um excelente trabalho nas instituições de ensino, básico, técnico, tecnológico e superior em todo o Brasil, no âmbito municipal, estadual e federal. O resultado dos trabalhos produzidos e a importância desse projeto para a comunidade acadêmica e científica tem uma grande importância nas suas produções, sendo referenciados em trabalhos institucionais, teses dissertações, trabalhos de conclusão de curso e artigos, além disso, algumas inovações são trazidas neste projeto que propõe-nos acreditar que a categoria dos técnicos-administrativos produz e realiza atividade de ensino, pesquisa e extensão universitária, de forma (in)direta com a área administrativa. Isso constituiu resultado da autonomia universitária, que tem-se uma liberdade mitigada constitucionalmente e indissociável entre as atividades-fim e inclusive a autonomia entre a atividade-meio, oportunizando aos técnicos-administrativos em educação atuar conjuntamente, de forma (in)direta nas atividades-fins das Universidades Públicas e Institutos Federais (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

A origem deste projeto, em 2014, surgiu através de um diálogo de 3 profissionais técnicos-administrativos em educação: Kátia Andréa Silva da Costa (UFMS/MS), Jacqueline de Castro Rimá (UFPB/PB) e Reinaldo Pereira de Aguiar (UFERSA/RN), contato realizado através de uma comunhão de interesse à época sobre a questão de redistribuição e remoção para outras localidades e instituições, inclusive surgindo trabalhos nesse sentido de remoção e redistribuição

aos quais constituem atos discricionários por parte da administração pública ao define Mello (2008, p. 957)

[...] a margem de liberdade que remanesça ao administrador para eleger, segundo critérios consistentes de razoabilidade, um, dentre pelo menos dois comportamentos, cabíveis perante cada caso concreto, a fim de cumprir o dever de adotar a solução mais adequada à satisfação da finalidade legal, quando, por força da fluidez das expressões da lei ou da liberdade conferida no mandamento, dela não se possa extrair objetivamente uma solução unívoca para solução vertente.

Neste sentido a discricionariedade da Administração Pública, ora, também ponderada, tendo o agente público, o servidor técnico-administrativo - a possibilidade de exercer também a atividade-fim de acordo com a autonomia universitária ao qual outorga poderes para esse profissional ir aquém das atividades-meio.

O trabalho realizado e produzido nestes 9 anos do projeto retrata a grande importância desta coletânea relacionando com as atividades-fim e meio, atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da atividade administrativa das respectivas Universidades Públicas e Institutos Federal. Alguns destes trabalhos realizados pelo técnicos-administrativos em educação das universidades públicas e institutos federais reporta às temáticas no âmbito das atividades-fim e meio, são eles: a) No 1º volume: da Extensão Universitária à Extensão Tecnológica, a ampliação do fazer do Assistente Social na Universidade Federal Rural do Semi-árido, A Valorização do Servidor pela Administração Pública nos atos discricionários de Remoção e Redistribuição e; A Ciência para Todos no Semiárido Potiguar. b) No 2º volume: Projeto Atitude e Saúde: resultado de uma investigação na Universidade Federal do Oeste do Pará, O programa de monitoria da UFPB: influência na qualidade da formação dos alunos monitores e Atração, retenção e evasão de talentos em uma IFES: uma análise reflexiva. c) No 3º volume: A criação de cursos de graduação na Universidade Federal do

Recôncavo da Bahia, a participação dos técnicos administrativos na Extensão Universitária e Encontros Pedagógicos do IFCE - Campus de Sobral. d) No 4º volume: A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na prática extensionista do Campus Itabira e; Psicologia e Políticas Institucionais no Instituto Federal e Goiás. e) No 5º volume: Análise do Reuni e seus impactos na Universidade Federal de Minas Gerais (2007-2017) e; o Papel dos Técnico-administrativos em Educação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. f) No 6º volume: Novas estruturas de Governanças nas Entidades Federais Brasileiras de Ensino; Ensino, Pesquisa e Extensão por meio de outorga: Uma experiência em universidade estadual e; Os técnico-administrativos em educação por eles mesmos: as pesquisas sobre sua própria categoria. g) No 7º volume: Gestão de riscos nas universidades públicas federais brasileiras; A relação do Técnico Administrativo em Educação com as práticas de Ensino, Pesquisa e Extensão em um Instituto Federal e; Saúde Mental e Ensino Superior: Limites e Possibilidades de atuação. h) No 8º volume: Pedagogos não docentes: como se dá a ocupação de cargos de direção/função gratificada no contexto dos institutos Federais de Educação; Empreendedorismo e inovação na UACSA e; Docência virtual e trabalho coletivo na percepção de docentes da educação técnica a distância.

São publicações de relatos de experiências e artigos acadêmicos-científicos de diversas localidades e profissionais de todo o país, quiçá autores parceiros internacionalmente. São relatos de pesquisas, de formação e experiências de ensino-aprendizagem que mostram o trabalho dos técnicos-administrativos em educação dentro e fora das Universidades Públicas, nos Institutos Federais. Vale destacar que estas publicações estão elencadas como parte da Nova Política Nacional da Educação no Ensino Superior como: a) Racionalização de recursos e a privatização da educação superior; b) A gestão direcionada aos resultados; c) a gestão com base nos princípios da qualidade e; d) A flexibilização de gestão (MANCEBO, S.d. [Online](#)).

Por considerar importante disseminar os resultados de trabalhos destes profissionais, de acordo com as necessidades e planejamentos da política nacional de educação, foi idealizado e iniciado o projeto da coletânea GPTAE. Como destacam Ginez de Lara e Conti (2003) que definem a disseminação da informação como sendo algo que torna-se público e acessível na geração e produção de conhecimentos, em 2015 criamos o sítio eletrônico do projeto e atualmente temos 97 mil acessos e que a categoria de Técnicos Administrativos em Educação do Brasil das Universidades Públicas e Institutos Federais e que a categoria acessa no sítio eletrônico ou através de sua própria instituição por releases ou matérias nos e-mails de sítios eletrônicos de suas respectivas instituições, firmando a parceria e confiabilidade entre os projetos e as organizações públicas.

## REFERÊNCIAS

MANCEBO, Deise. **Autonomia Universitária: Reformas propostas e resistência cultural**. Anped/UERJ, S.l. S.d. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/20/MANCEBO.htm>>.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

GINEZ DE LARA, Marilda Lopes; CONTI, Vivaldo Luiz. **Disseminação da Informação e usuários**. São Paulo em Perspectiva, 17(3-4): 26-34, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/r5ZQ4WRBQFYLXcQjkg4gix-j/?lang=pt&format=pdf>

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 26. ed., Malheiros, 2009, p. 963.